

**Diário Económico**
E + Fim de Semana

09-10-2015

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18714**Temática:** Economia**Dimensão:** 5501**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/4 a 7

Económico

“O País precisa que estejamos unidos em selecção”

O líder da CIP, António Saraiva, apela a entendimentos entre os partidos depois das eleições de domingo passado. Numa entrevista em que elenca os principais desafios dos próximos quatro anos, passa em revista temas como vida, família, saúde e paixões.

E+

Fim-de-Semana

Este suplemento faz parte integrante do Diário Económico
N.º 6277 e não pode ser vendido separadamente | 9 Outubro 2015

PERFIL

Pedro Casquinha,
o português que
lidera a estratégia de
expansão do banco
Kuwait Finance

TECNOLOGIA

Como a Microsoft
desafiou a Apple com
o lançamento de
vários dispositivos
‘high-tech’

ENTREVISTA

“Os eleitores pediram que Governo e oposição sejam mais responsáveis”

Vê coisas positivas e negativas nos quatro anos do Executivo, embora alerte para o facto de, após quatro anos “terríveis”, a dívida não ter baixado, o défice ser o que é e haver “problemas estruturais que não foram resolvidos”.

Por Paulo Jorge Pereira | fotografias de Paulo Alexandre Coelho

Defende a ideia de ser necessária “estabilidade política, no mínimo, para duas legislaturas”, classificando o combate ao desemprego e a criação de crescimento económico como “desafios enormes”, além de salientar que “o Estado social precisa de ser redefinido”.

Como analisa a política industrial do País?

Não tem sido diferente da europeia, infelizmente. De um modo geral, a Europa cometeu um erro de desindustrialização. A economia global que vivemos e não é de agora levou a deslocalizações e alguma cegueira dos líderes europeus face às ameaças, não se cuidando de definir regras para que a livre circulação de mercadorias não fosse perversa para a Europa. Aqui temos um sistema social, regras ambientais, normas de fabrico – depois somos agredidos com a entrada de produtos de outras regiões onde essas regras não são cumpridas e, desse modo, os bens têm custo incomensuravelmente menor. E não é por a Europa ser mentecapta, é porque a energia eléctrica é 200% mais barata do que no continente europeu ou os custos sociais são muito mais baixos. Se não podemos nivelar por baixo, também não podemos ficar cegos a estas realidades.

O que deveria ser feito?

A Europa deveria introduzir deltas reguladores à entrada destas mercadorias e proteger as regras que instituiu para quem produz no espaço europeu. Quando se fala na reindustrialização da Europa e de Portugal, é preciso perceber o que está em causa. As ‘commodities’, as matérias-primas, os custos energéticos têm preços diferentes por geografias e a realidade deve ser olhada de forma a posicionar a União e cada estado-membro para definir a política industrial relativa ao século XXI. Se fecharem fábricas na Europa há desemprego qualificado naquela especialidade ou inqualificado e de difícil absorção na nova economia do conhecimento, aquela que aí virá. É também um problema de competências e requalificação dos recursos humanos, sejam operários ou empresários. Um desafio após os erros e o problema social de dimen-

são considerável que, se nada for feito, pode ser bomba-relógio de efeitos sociais devastadores. O combate ao desemprego, fazer acontecer crescimento económico, é um desafio enorme.

E como se promove isso?

Através de reformas, na União e nos estados-membros, alterando o ambiente económico em que as empresas desenvolvem a actividade; a burocracia asfixiante que temos sobre as empresas; a fiscalidade e a sua previsibilidade sobre empresas e famílias; a necessidade de mais celeridade na Justiça. Com reformas, estabilidade política e social, o maior desafio é a criação de um ambiente económico que promova o investimento, dê maior fluidez ao financiamento das empresas, promova a reestruturação empresarial por fusões, aquisições e concentrações para ganhar dimensão. Todos falamos destas regras, mas são adiadas porque não passam no Parlamento; não há maiorias parlamentares sólidas que promovam as reformas; temos ciclos políticos em que o Governo seguinte altera de modo substancial o que foi feito pelo anterior; enfim, é precisa estabilidade política para duas legislaturas no mínimo. Não podemos estar de dois em dois ou de quatro em quatro anos a mudar as regras do jogo.

Que análise faz ao Governo PSD/CDS?

Há sempre coisas positivas e negativas. Não deixamos de verificar que, apesar de tudo, o



“**É precisa estabilidade política, no mínimo, para duas legislaturas**”

PIB cresceu, o desemprego baixou, a taxa de juro a que nos financiamos nos mercados externos é hoje menor. Mas isso foi feito à custa de uma austeridade terrível em que empresas e famílias tiveram carga fiscal brutal. Passámos quatro anos terríveis das nossas vidas, a dívida não baixou, o défice é o que é e, apesar de quatro anos de dificuldades, há problemas estruturais que não foram resolvidos. Enquanto a União Europeia não resolver um conjunto de problemas e não for pensada de forma federalista, não houver harmonizações e regras para o dia-a-dia, os estados-membros mais fragilizados têm maiores dificuldades em resolver as suas questões. É no tabuleiro das reformas da União que se jogam estas questões.

Expectativas após as eleições?

Temos comentadores demasiado concentrados nas táticas, estratégias e “posições tribais” dos partidos políticos e não na análise do que o País precisa: estabilidade política e social, pilares fundamentais para o crescimento económico, difícil de conciliar com a sustentabilidade das finanças públicas. Sendo o País o mais importante, os eleitores pediram que Governo e oposição sejam mais responsáveis. Retiraram a maioria absoluta à coligação para a obrigarem a negociar com o PS ou com aqueles que quiserem aliar-se ao PS nos entendimentos parlamentares variáveis para reformas necessárias. Se falarmos na Europa, quer Bloco





E+ Fim-de-Semana 5

deste país e, por problemas de regulação e supervisão, acabou por ser a triste realidade que foi. O sistema de regulação não está perfeito e o BES, a somar ao BPN ou a outros casos internacionais, é exemplo de que a regulação deve ser vista de outra forma com regras fiáveis que auditem de modo correcto. Quanto ao caso Sócrates, de funcionamento da Justiça, esta deve ser célere e igual para todos e, neste caso, o que fica para o cidadão António Saraiva é que a Justiça está lenta, morosa e é pena que alguém, seja qual for o seu nome, possa estar preso sem culpa formada. A Justiça em Portugal não é célere e lamento.

E a acção da União Europeia face à Grécia? Aí está um sinal de fragilidade das regras comunitárias. Quando os países desta união a pensaram não foi como hoje a temos, nem esta é a realidade a que Portugal aderiu em 1986. Agora tem excesso de regulamentos, legislação, normas, burocracia...

Excesso de Alemanha?

Pesos diferentes dos estados-membros, desde logo a Alemanha. Esta União Europeia tem de ser revista. De facto, temos 50 anos de paz, mas também muitas fragilidades. Os blocos económicos movem-se a velocidades diferentes e a Europa está ameaçada pela Ásia e pelos Estados Unidos a diversos níveis...

Mas nesses 50 anos de paz incluem-se, por exemplo, os conflitos na antiga Jugoslávia ou a anexação da Crimeia por parte da Rússia: dois casos em que a resposta europeia foi, no mínimo, lenta e inadequada...

Concordo, a Europa mostrou fragilidade nesses exemplos. Hoje, num cenário de conflito, que países têm capacidade de intervenção? Este cinismo em que andamos a encontrar resposta a estas realidades, seja no campo político face à Crimeia ou à Grécia, leva-me a dizer que não existe o projecto pensado. Já usei esta caricatura: isto é uma hidra com 28 cabeças, uma delas mais poderosa que as outras, e autofágica.

Que vacila perante os refugiados...

Um grande problema que exponencia as fragilidades da União Europeia. Os problemas deviam resolver-se nos países de origem que não têm condições para isso e a União deve encontrar soluções. Mas vemos o absurdo da construção de muros que nos envergonham a todos.

Como analisa o novo Benfica?

O Benfica é uma das minhas paixões desde que me conheço, toda a família é benfiquista à excepção do meu filho que é portista: excesso de democracia lá em casa, por certo [risos]. O que me desgosta, e não é exclusivo do Benfica, é que o futebol se transformou em negócio que movimentou milhões e deixou de existir amor à camisola. Jantei com Jesus algumas vezes, gosto dele como pessoa, gostei do seu trabalho no clube. Não gostei de ver o Benfica na Supertaça, mas Rui Vitória está a construir uma equipa.

Os seus filhos, Andreia e João, correspondem ao que projectou para eles?

São dois filhos extraordinários nos valores e princípios, cada qual com a sua personalidade. Aliás, tenho dois netos gémeos [Bruno e Beatriz] que são bastante diferentes. Gostaria que a minha filha, ao invés de Comunicação Social que cursou, tivesse habilitação diferente face aos desafios da vida actual. O João seguiu Gestão, está à frente da minha empresa, em termos de ferramenta académica terá mais possibilidade de encarar o futuro, mas importa-me registar que, enquanto seres humanos, têm valores sólidos e boas referências.

de Esquerda quer PC terão visões inconciliáveis, mas temas como política fiscal, sustentabilidade da Segurança Social ou papel do Estado na economia, não têm convergência impossível. Portugal precisa de entendimentos e isso é claro, à semelhança do que sucedeu, por exemplo, no pacto de regime em Espanha entre PP e PSOE.

Como vê o aumento da abstenção?

Em mais de 40 anos de democracia as pessoas desiludiram-se e perderam esperança nos partidos. Cabe a estes definir estratégias orientadas para corresponder às expectativas. Não votar é votar em quem não se quer e os partidos devem reflectir sobre a necessidade de trazer de novo as pessoas à cidadania participativa. Isto é, cada vez mais, um jogo da selecção e o País precisa que estejamos unidos em selecção. **Como analisa o presidente da República?** Pelos poderes constitucionais que tem não dispunha de grande margem de manobra. Na crise do Verão de 2013 fez uma tentativa de acordo partidário que, se o PS aceitasse, era provável ter hoje no Governo o António José Seguro como primeiro-ministro. Tem exercido papel um pouco errático. Neste último mandato poderia esperar-se algum rasgo que não aconteceu, mas, mais do que as características pessoais, são os próprios poderes constitucionais que limitam muito o presidente.

No final do ano vai haver condições para

66

Na crise política do Verão de 2013, [o presidente] fez uma proposta que, se o PS aceitasse, era provável ter hoje Seguro como primeiro-ministro

O Estado social tem de ser olhado e redefinido, pois só consegue manter-se com receitas para isso

novo aumento do salário mínimo?

Não consigo antever se haverá aumento. Defendo que este acordo tem de ser respeitado e prevê que, no último trimestre do ano, será feita avaliação para saber se será aumentado ou mantido, algo a decidir em função de indicadores como inflação, produtividade e crescimento económico e com as condições dos sectores de actividade. Há uma realidade que não existe por decreto que é a do dia-a-dia das empresas e, por isso, temos defendido que a descida da TSU – e a redução de cada ponto equivale a uma necessidade de compensação de 400 milhões de euros – para os empregadores seja feita de modo selectivo, tendo em conta os produtores de bens e serviços transaccionáveis e mais expostos à concorrência internacional. Até porque outro grande desafio do próximo Governo é o da sustentabilidade da Segurança Social e isso terá de ser encarado na concertação social, sem deixar de lado a natalidade. Temos 3,6 milhões a viver de pensões e reformas; 4,5 milhões de população activa; população global a encolher. O Estado social tem de ser olhado e redefinido, pois só consegue manter-se com receitas para isso.

Que análise faz a dois casos mediáticos: implosão do GES/BES e José Sócrates?

No primeiro caso houve monumental surpresa de monumental magnitude. Era o banco que mais apoiava as pequenas e médias empresas

6 E+ Fim-de-Semana

Sexta-feira, 9 de Outubro 2015

“Quero ter tempo para ser feliz”

Três operações em 2012 levaram-no a desafiar a morte. “O médico diz que não sabe como escapei da terceira vez”, conta. Ficou para trás a ideia de imortalidade e compreendeu que deveria ser ainda mais sereno, algo que tem procurado concretizar no dia-a-dia.



De Ervidel, no distrito de Beja, para Lisboa foi o começo do percurso do actual líder da CIP. O pai queria vê-lo como engenheiro, mas foi operário, líder da Comissão de Trabalhadores e delegado da Lisnave junto do MFA. Conheceu o flagelo dos salários em atraso, tornou-se director comercial de uma associada da empresa, chegou a administrador, depois a dono e, desde 2010, lidera a CIP.

Em 2012, foi operado: como recuperou desse episódio?

Foi muito difícil. Em Setembro de 2012, por mero acaso e muita sorte, foi diagnosticada uma massa tumoral na cabeça do pâncreas que seria certidão de óbito em caso maligno. Felizmente no meu caso, detectado a tempo, era benigno, mas exigiu uma operação de 10 horas a 11 de Outubro. Seis dias depois voltei a ser operado por serem detectados derrames – mais seis horas de operação. Sete dias depois outro problema levou a terceira intervenção, então de sete horas. **Saiu uma pessoa diferente desse processo?** Foi algo muito doloroso no plano físico e psicológico: 40 dias internado, perdi massa muscu-

lar e 24 quilos. Estive perto da depressão que, na altura, não queria reconhecer e deixou-me marcas profundas. Até 2012 julgava-me imortal, nunca tinha entrado num hospital. A partir dessa altura percebi que sou mortal, na terceira operação o médico diz que estive mais para lá do que para cá, não sabe como me salvei e percebi que a morte é isso – de repente, não estamos cá. E isso faz toda a diferença, porque andamos sempre a fazer projectos e o melhor é viver cada momento, partilhar com os meus amigos e a minha família, viver cada dia com grande intensidade. Sempre fui calmo e tranquilo, mas fiquei mais sereno. Aliás, durante a minha ausência, houve aqui umas ameaças internas quanto à possível sucessão. Falei com duas pessoas que foram protagonistas desses movimentos e disse algo que, de facto, sinto: percebo e perdoo. Não tenho tempo para odiar seja quem for. Quero ter tempo para ser feliz.

Veio em 1959 de Ervidel, um meio muito mais pequeno: como foi viver em Lisboa?

Não foi fácil. Vim com seis anos acabar a primeira classe cá. O meu pai tinha vindo para a GNR, uma das saídas possíveis para a juventude dessa altura e, passado pouco tempo, chamou-me e à minha mãe. Até aos seis anos vivia num mundo de planície, liberdade e zona de conforto familiar e de amizades. De repente,

“Até 2012 julgava-me imortal, nunca tinha entrado num hospital. Depois percebi que sou mortal. Na terceira operação o médico diz que estive mais para lá do que para cá”

esses laços cortam-se, venho para o ambiente hostil de uma grande cidade com os seus perigos, um mundo novo sem amigos. Nessa altura, a maneira de estar das pessoas e as relações que se criavam – vim para um bairro que muito amo, a zona do miradouro de Santa Luzia, entre Alfama e o Castelo – eram de partilha e solidariedade. Isso permitiu que depressa o ambiente ficasse amigável, entrosei-me na comunidade e ganhei novos amigos com quem ainda janto todos os meses – o jantar dos miúdos de Santa Luzia –, de tal forma que hoje, quando olho para trás, as minhas memórias da meninice no Alentejo são já muito difusas, enquanto as de Lisboa são muito presentes.

A influência de os seus pais terem casado muito novos levou-o a declarar-se com 15 anos à sua futura mulher, então com 20?

[risos] Não influenciou. O meu pai tinha 16 e a minha mãe 14 quando se casaram. Quando nasci ele tinha 20 e a minha mãe 18. Isso permitiu que tivesse pais relativamente novos ao longo da vida, ainda agora tenho a felicidade de os ter vivos, com qualidade de vida e autónomos, tive-os sempre jovens ao meu lado, algo que me marcou em termos de afectos. Na minha própria história de vida, a necessidade de ser dono do meu destino muito novo tem a ver com características próprias. Desde muito cedo quis mais e melhor. Isso levou-me a inscrever, no final do curso industrial, aos 17 anos, na Lisnave, contrariando os meus pais. O meu pai queria que continuasse a estudar e fosse engenheiro. Esta sede de independência de ambição q.b. levou-me a pedir namoro à Mariana que, com 20 anos, representava um desafio e uma necessidade de afirmação na conquista daquele coração. Casei-me com 21 anos, fui pai aos 22 e aos 26 da Andreia e do João, ou seja, fui pai jovem. Trabalhava na Lisnave que pagava bem, mas o trabalho era muito duro: trabalhava no fundo dos tanques de petroleiros, fazíamos meia hora lá em baixo e outro tanto cá em cima para regenerar o ar dos pulmões, durante dois anos foi isso que fiz e me deu uma tempera que me valeu esta vontade de me superar e desafiar. Ao fim de dois anos de Lisnave fui desafiado para uma nova secção de planeamento como ajudante do encarregado-geral e aí fiz toda a progressão que me deu a característica de rigor e método – costume dizer que sou vítima do método, pois até às escuras sei onde está cada um dos meus objectos.

Como é que um antigo operário metalúrgico chega a patrão dos patrões, aparentemente uma contradição nos termos, embora, no seu caso, não seja assim?

[risos] Para introduzir aí mais alguma pimenta, posso dizer que liderei a Comissão de Trabalhadores na Lisnave. Entrei em 1971, fiz o percurso que referi durante dois anos e, depois, no planeamento. Entretanto, a 22 de Abril de 1974 entrei na tropa, no curso de furiel miliciano... **Como se associou ao 25 de Abril?**

Acabei por ter envolvimento porque fui para o quartel das Caldas, onde, a 16 de Março, abortara um golpe de Estado e as altas patentes eram fiéis ao antigo regime. Por isto, o 25 de Abril só chegou à unidade no dia seguinte. Mesmo assim, vi-me envolvido no movimento do MFA por ter fluência oratória e ser o único vindo de Lisboa. Fui nomeado delegado da companhia junto do MFA e, de repente, vejo-me em reuniões na Cova da Moura com o Otelio e uma indisciplina típica dessa altura. Voltando à Lisnave: quando regresssei, e finais de 75, o mundo de novidades permanentes tornara-se de greves, paralisações, saneamentos, reflexo dos tempos

Sexta-feira, 9 de Outubro 2015

E+ Fim-de-Semana 7

revolucionários. Entrou em degradação, deixou de reparar 15 navios em simultâneo e passou a oito, depois quatro, ou seja, ia fechar. Tivemos quatro anos de salários em atraso...

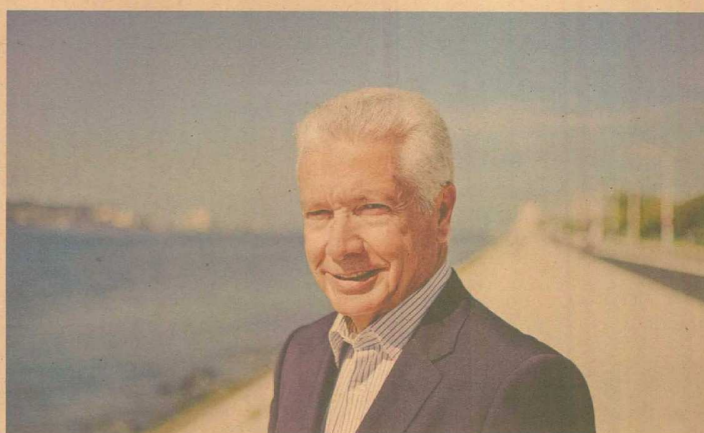
Foi a fase mais difícil da sua vida?

Já era pai de dois filhos e, ganhando 2.600 escudos, recebia só cem. Pagava 3.600 da renda de casa em Linda-a-Velha, se não fosse o ordenado da Mariana que trabalhava na informática do porto de Lisboa e a ajuda dos meus pais, seria impossível. Esta fase da minha vida proporcionou-me uma das lições que guardo em termos de engolir orgulho, pois, na minha sede de independência, libertara-me dos meus pais e, claro, ficara sem a mesada. Quando tive necessidade e fui bater à porta de casa deles, a única pergunta que me faziam sempre era: 'De quanto é que precisas?' Essa foi, de facto, a lição de que não devemos ser orgulhosos porque a vida dá muitas voltas, mas também a do amor dos pais que nunca dizem: 'Vês? Eu tinha razão...' Percebo que a Lisnave vai entrar em hecatombe, tinha continuado a estudar à noite, ainda completei dois anos de Engenharia Mecânica em quatro no Instituto Superior Técnico a partir de 1980. Fui desafiado para entrar na lista da UGT na Comissão de Trabalhadores, cuja maioria era da CGTP. Entrámos dois, eu e a Elisa Damião, mais tarde deputada pelo PS e que, pelo meio, foi chamada por Torres Couto para o secretariado da UGT. Comecei a desenvolver um processo a que chamei contrato

66

Vi-me envolvido no movimento do MFA por ter fluência oratória e ser o único [no quartel das Caldas] vindo de Lisboa

Sou fiel intérprete da missão desta casa [CIP] na defesa da iniciativa privada, dos empresários e da sua dignificação



social para a empresa com a ajuda de Agostinho Roseta – foi o primeiro contrato social deste País (embora se fale muito na Autoeuropa), em 1985. De repente, obtive seis lugares e fiquei presidente da Comissão de Trabalhadores. Era preciso aprovar o contrato social que a CGTP não queria, segundo o qual não haveria greves, paralisações, recuperavam-se os salários em atraso e haveria aumentos. Não foi fácil, teve votação de braço no ar e outros episódios que, um dia, escreverei em livro. Na primeira votaram contra, havendo aqueles que votavam com dois braços no ar. Ameacei que anularia a assembleia e faria um referendo, ninguém acreditou, mas foi isso que fiz e consegui sair de lá vivo, ainda hoje estou para perceber porquê... Talvez por conhecê-los e tratá-los a todos pelos nomes. Marquei o referendo para um mês depois e, dois dias antes, a célula da CGTP contactou-me a dizer que, se dois dos oito pontos do acordo fossem alterados, aceitariam. Fiz bluff, disse que seria preciso falar com a administração, mas não o fiz e, no dia seguinte, avisei que as alterações estavam feitas. Na assembleia, foi aprovado por unanimidade.

Não teve medo?

Na primeira assembleia tive. Era no refeitório com espaço para duas mil pessoas e, depois de comunicar o referendo, aquela massa imensa de pessoas avançou para a mesa onde estava com outros elementos. Ainda estou para saber por que razão agi assim, terá sido reacção de animal acochado, mas saltei de lá, fui para o meio deles e tratá-los pelos nomes, aquilo surpreendeu-os e nada se passou. Não sei o que poderia ter acontecido. Quando aceitei entrar na lista de oposição passei a ser um alvo. À chegada à empresa, todos os dias, passava por entre um cordão de gente e, se nunca me bateram, fui insultado e cuspidito muitas vezes, algo que me ensinou a suportar situações delicadas com dignidade e de cabeça erguida, granjeando-me respeito do outro lado. Fez-se o contrato social, era muito novo e isso deu-me destaque na UGT e no PS, situação em que arranjamos inimigos de estimação que não escolhemos. Comecei a sentir, junto das minhas hostes, talvez por inveja, pressões que me levaram a não candidatar, voltando ao meu posto de trabalho em Janeiro de 87. Em Junho a administração desafiou-me a ser director comercial da Luso-Italiana, uma associada da Lisnave, fabricante das torneiras Zenit. Pedi para estar lá e avaliar se teria condições para ser director comercial, aceitando apenas ser nomeado em Janeiro

do ano seguinte caso reunisse condições. E assim aconteceu até hoje, acumulando com a Luso-Alemã um ano e tal depois. Mais tarde convidam-me para a administração, fiquei com o pelouro comercial e, em 1996, Salvador de Mello chamou-me para anunciar que iam vender a empresa onde eu tinha voltado a nascer no plano profissional.

Arriscou e quis comprar a empresa?

Sim, surpreendi-o e eu próprio estou para saber como fiz aquilo. Não tinha dinheiro e pedi condições de pagamento com prazo, sugerindo que o banco Mello fizesse a avaliação da empresa e assim foi. Propuseram cinco anos para pagar, respondi 30, ficou em 15, prazo que tem sido dilatado.

Nunca se arrependeu?

Não, mas lembro-me bem que, quando saí da reunião, tinha as pernas a tremer: 'o que fui eu fazer', pensava, o mesmo me dizendo a minha mulher. Mas falei com alguns dos principais clientes, pedi adiantamentos por conta e, pagando com o pélo do próprio cão, como costuma dizer-se, comprei a empresa com uma engenharia financeira sem a banca. E assim um operário metalúrgico chega à Comissão de Trabalhadores e ajuda a salvar uma empresa; volto para a secção; sou desafiado para director comercial; vou para aquela que é hoje a minha empresa; faço um percurso; compro-a; sou desafiado pelos companheiros da associação dos metalúrgicos para integrar a direcção com José Manuel Fernandes a liderar; faço dois mandatos como vice-presidente e convencem-me a ser o sucessor na liderança; estou presidente da associação e o engenheiro Francisco van Zeller convida-me para vice-presidente da CIP; à saída de Van Zeller no final dos mandatos, dizem-me que devo ser o quinto presidente da CIP e, a partir de 2010, assumo o cargo.

A contrariar a lógica de presidentes com fortuna pessoal e/ou formação universitária?

É verdade. António Vasco de Mello, Pedro Ferraz da Costa, Nogueira Simões e Francisco van Zeller, os meus antecessores, preenchem essas condições e deram a esta casa o melhor de si.

Houve suspeitas à sua volta?

Terei sido uma surpresa, pois não me conheciam e compreendo que sentissem dúvidas face ao meu passado na Comissão de Trabalhadores. Mas penso que já esbati essas questões: sou quem sou, valho o que valho, tenho virtudes e defeitos, mas sou fiel intérprete da missão desta casa na defesa da iniciativa privada, dos empresários e da sua dignificação.

